

FAGGION, A.; BECKENKAMP, J. *Temas semânticos em Kant*. São Paulo: DWW, 2013.

O livro *Temas semânticos em Kant* é uma coletânea de quatorze artigos que partem da tese de Zeljko Loparic de que há uma semântica transcendental em Kant como problema central da filosofia. O livro pretende mostrar que há uma continuidade entre a ideia central de Loparic e pesquisadores da tradição semântica, os quais foram, em sua maioria, formados por ele direta ou indiretamente. O primeiro artigo do livro é do próprio Loparic, intitulado: *Os problemas da razão pura e a semântica transcendental*. Nesse artigo ele explicita, de modo geral, a partir da *Crítica da Razão Pura (KrV)*, aspectos que fundamentam as condições por meio das quais um problema da razão pura teórica é solúvel. A teoria semântica da solubilidade de problemas mostra que a filosofia tem como tarefa fundamental saber “como são possíveis os juízos sintéticos a priori?” (*KrV* B19).

Andrea Faggion e Joãosinho Beckenkamp dividem o livro entre aqueles que tratam da filosofia teórica e aqueles que tratam da filosofia prática de Kant. Em nossa visão, tal divisão satisfaz de modo parcial a articulação do livro que pretende tratar de temas semânticos na filosofia kantiana. Posto isso, dividiremos nosso exame em quatro grupos diferentes, a fim de resenhar os artigos individualmente, caracterizando-os pelo modo como abordam a semântica na teoria kantiana. No primeiro grupo de artigos, aborda-se a semântica de modo direto, tratando de temas da filosofia teórica; no segundo grupo, a abordagem semântica aparece de modo indireto na filosofia teórica; no terceiro grupo, artigos cujo tratamento é direto em relação à semântica no âmbito da filosofia prática; e, finalmente, no quarto grupo, artigos cuja abordagem sobre a semântica é indireto na filosofia prática.

O primeiro grupo de artigos se detém em aspectos teóricos da filosofia de Kant, colocando a semântica transcendental como ponto de partida para a reflexão. Podemos identificar como fazendo parte deste grupo os seguintes autores: Joãosinho Beckenkamp, Andrea Faggion, Marcos Alberto de Oliveira e Sônia Barreto.

O artigo de Joãosinho Beckenkamp, *O despertar de Kant para o problema do significado da metafísica*, diz respeito a um problema surgido no seio da metafísica, a saber, há uma relação ampla entre os significados dos conceitos e os objetos, investigados no artigo a partir do que o autor chama de tomada de consciência de Kant frente a este problema. O autor retoma, partindo da *KrV* e de cartas de períodos

diferentes da vida intelectual de Kant, o percurso de saída do sono dogmático, analisando e pareando obras do período pré-crítico, tais como *Sonhos de um Visionário* e a *Dissertação de 1770*, com algumas do período propriamente crítico, a exemplo dos *Prolegômenos*. Beckenkamp tem em vista procurar a gênese do conceito kantiano de significação. O autor conclui que o programa de investigação transcendental desenvolvido por Kant tem como diretriz a busca por uma solução do problema do significado das representações puras do entendimento e da razão.

Andrea Faggion, em *A resposta de Kant a Hume e a gênese filosófica da semântica transcendental*, procura reconstruir a formulação do problema kantiano da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, por meio da relação intelectual de Kant para com Hume. Desse modo, em um percurso natural, ela mostra que o problema da causalidade, levantado por Hume e levado muito a sério por Kant, pode ser melhor compreendido caso o interpretemos como um problema semântico. Desse modo, a autora conclui que a elaboração do projeto filosófico kantiano como uma semântica transcendental, isto é, uma semântica que tem por objetivo determinar as condições de possibilidade de decisão por meio de juízos sintéticos *a priori*, é a resposta de Kant ao desafio causal de Hume.

Para Marcos Alberto de Oliveira, em seu artigo *A mecânica newtoniana na perspectiva dos Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza de Kant*, Kant pode conferir uma justificativa filosófica dos princípios matemáticos newtonianos de forma semântica. Isto é possível, segundo o autor, por conta de um caráter heurístico destes princípios de Newton. Assim, ele mostra que a postura metodológica básica de Newton em relação a hipóteses acerca de entidades incondicionadas é a mesma de Kant, ou seja, ambos consideram objetos empiricamente impossíveis aqueles cujos conceitos apenas possuem valor heurístico e significação matemática.

Por sua vez, Sônia Barreto, em *Notas sobre a interpretação semântica do esquematismo transcendental*, detém-se no esquematismo transcendental da *KrV*, com o intuito de demonstrar que na reconstrução semântica o conceito de interpretação é a chave para mostrar a diferença entre uma semântica realística e uma semântica construtivista. Enquanto a semântica realista tem por característica associar objetos, a semântica construtivista gera os objetos e, portanto, por meio de uma construção, ela coloca os dois objetos que serão associados.

O segundo grupo de artigos parte de aspectos diversos da filosofia kantiana e, por meio de construções teóricas, chegam a um resultado semântico ou aproximado a ela de alguma forma. Este grupo é formado por Orlando Bruno Linhares, Marco Franciotti e Sílvio Pinto.

Orlando Bruno Linhares, em *O silêncio de Kant: o esboço da analítica transcendental na década de 1770*, procura reconstruir o trajeto intelectual que gestou a analítica transcendental durante a chamada década silenciosa. Ele o faz por meio da correspondência deste período e das Reflexões de metafísica estabelecidas por Adickes.

Marco Franciotti em *O método analítico no pensamento moderno* trata de modo reflexo (indireto) da questão semântica, na medida em que o objetivo principal de seu artigo é mostrar o papel que o método analítico dos geômetras gregos desempenhou na modernidade. O autor, assim, expõe uma interseção entre a ciência e a filosofia, por meio de tal método, de modo a contextualizar as obras e descobertas de Galileu, Descartes, Newton e Kant.

Sílvio Pinto, em *O método indireto de prova e a segunda antinomia da razão pura*, também trata de modo indireto de uma questão que leva a um resultado semântico. Mais precisamente, o autor procura mostrar por meio do método de redução ao absurdo, que as provas da segunda antinomia estão de acordo com seus cânones. Ele usa como textos basilares: o manual de Meier que Kant usava em suas aulas de lógica, o *Auszug der vernunftlehre*, e o manual que o próprio Kant desenvolveu para substituir este último e que foi compilado por seu discípulo Gottlieb Jäsche, as Lições de Lógica. O método aqui aventado propõe que a segunda antinomia, da constituição cosmológica do mundo, revela, ao mesmo tempo, a verdade e a falsidade de ambas as proposições, paradoxalmente, do ponto de vista lógico. O aspecto semântico indireto decorre do fato de que nenhuma das proposições da antinomia possui referência empírica.

O terceiro grupo de artigos, em nossa visão sobre a obra, reúne temas que partem diretamente da teoria semântica formulada por Loparic, em que juízos sintéticos *a priori* ganham uma ampliação prática. Deste grupo fazem parte Agostinho de Freitas Meirelles, Fábio César Scherer, Alexandre Hahn e Daniel Omar Perez.

Agostinho de Freitas Meirelles, em *A teleologia na filosofia da história de Kant*, amplia o alcance da semântica transcendental ao mostrar que na *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* Kant teria tomado a teleologia natural como fio condutor da história da humanidade. Meirelles defende ser possível julgar os

propósitos da humanidade, os quais se direcionam a fins, mesmo que aparentemente possa parecer absurdo ser levado por um mecanismo cego.

Fábio César Scherer, em *Esboço de problemas semânticos na teoria kantiana do direito público*, parte diretamente do trabalho de Zeljko Loparic no que concerne ao direito dos estados e do estado cosmopolita da *Rechtslehre* de Kant para analisar a reconstrução da teoria kantiana da posse inteligível. Mais precisamente, ele pretende mostrar a fundamentação daquilo que Loparic chama de “satisfazibilidade” das proposições sintéticas *a priori*, a qual, neste caso, refere-se ao âmbito jurídico.

Alexandre Hahn, em *Observações acerca da estética dos costumes em Kant*, tenta fundamentar em seu artigo outra teoria da sensibilidade, diferente daquela relativa à cognição. Mais precisamente, ele desenvolve aquilo que chama de “estética dos costumes” no âmbito da razão prática kantiana, verificando que este termo, mesmo que nunca tenha sido tratado desta maneira por Kant, cumpre a função de dispositivo estético que se ocupa das condições subjetivas da receptividade do conceito de dever.

Daniel Omar Perez, em *Conceitos de antropologia fisiológica na antropologia kantiana: Kant e os naturalistas em um debate sobre natureza humana*, argumenta em seu artigo que o tipo específico das proposições da antropologia pragmática fez aparecer em destaque o problema da relação entre a semântica transcendental, enquanto teoria da proposição, e o problema da natureza humana. Mais precisamente, Perez mostra que apesar de haver, pelo menos, cinco modos diferentes de antropologia desenvolvidas por Kant ao longo de sua obra, é, verdadeiramente, por meio da estrutura de uma proposição que se pode perguntar sobre as suas condições de possibilidade do executor das operações judicativas. Aqui está um projeto kantiano de uma investigação semântica da natureza humana.

Finalmente, no quarto grupo de artigos se encontram aqueles autores que partem de aspectos diversos da filosofia prática de Kant e chegam de modo direto ou mesmo enviesado a resultados semânticos. Fazem parte deste grupo os autores Cláudio Sipert e Aguinaldo Pavão.

Cláudio Sipert, em *A modificação de sentido do sumo bem na filosofia tardia de Kant*, se propõe a mostrar que o sentido transcendente do sumo bem é progressivamente enfraquecido nos textos de Kant da década de 1790, dando lugar a um conceito imanente e constitutivo que se faz exequível em vista de uma história da moralidade e da felicidade. Assim, Sipert faz uma semântica indireta.

Por fim, Aguinaldo Pavão, em *Coerção pública e liberalismo em Kant*, segundo a filosofia do direito de Kant, refelete se há compatibilidade entre as teses de Kant de que o estado deve ajudar os pobres e a de que o conceito de direito diz respeito à máxima que permite coexistir o arbítrio de cada um segundo uma lei universal. Pavão, contrapondo Allen Rosen (1993), diz que, doutrinariamente, há uma contradição entre o princípio universal do direito e a tese da assistência aos pobres. Para Pavão, segundo a faculdade de coerção, estamos autorizados a remover obstáculos às ações retas e a coerção, neste sentido, não atenta contra a liberdade, mas sim contra uma coerção ilegítimamente forçada de ajuda aos pobres. O autor, no entanto, ignora o fato de que há uma tese implícita, um ponto de partida indireto, no direito kantiano de que a pobreza é incompatível com o conceito de direito, efetivamente e sem abstração. Isto se faz verdadeiro não pelo fato de haver uma coerção ilegítima de sujeitos de direitos obrigados a dividir sua renda diretamente com o estado e indiretamente com os pobres, mas sim, de modo contrário, por conta de o pobre não participar da esfera do direito por ter sua autonomia e seu arbítrio infringidos devido a uma falta constitutiva de condição de possibilidade material de participar da esfera pública. Direito e pobreza são incompatíveis, no entanto, refiro-me a pobreza material, e não intelectual, a qual participa, de forma direta, da esfera do direito.

Referência

ROSEN, A. *Kant's theory of justice*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

José H. A. de Azevedo
Universidade Estadual de Campinas/Doutorando